



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 194 - 2ª QUINZENA DE JUNHO DE 2000- R\$ 1,00

A greve dos professores e funcionalismo não conseguiu derrotar Covas/FHC.

As universidades, isoladas, voltaram com pequena conquista.

O corporativismo, divisionismo e recuo das direções reformistas (PT) e aliadas (PSTU) impediram a vitória sobre o governo.

Mas o movimento operário ainda não deu a última palavra. Que se convoquem assembleias em todas as categorias e se organize a luta de massa contra FHC/FMI!

O POR é atacado novamente na imprensa burguesa (Revista Veja).

Nossa resposta: sim, defendemos a radicalização da luta contra o governo; e mantemos bem alta a defesa do comunismo contra a podridão capitalista! E denunciemos que o governo age para aumentar a repressão sobre os movimentos!

Liberdade aos presos políticos! Fim dos processos contra os lutadores!

Continua a luta revolucionária na Bolívia

Quinzena de luta do movimento operário

TRABALHADORES ARGENTINOS RESPONDEM AO PACOTE DO GOVERNO COM GREVE GERAL

O governo argentino lançou um pacote fiscal no último dia 29/05, que pretende, entre outras coisas, retirar diretamente do salário dos servidores públicos e aposentados mais de um bilhão de dólares em apenas doze meses. O saque é para atender as exigências dos capitalistas internacionais, que procuram cada vez mais descarregar o peso da crise de seu sistema nas costas dos trabalhadores. O pacote atinge violentamente os servidores públicos, pois o governo pretende reduzir, em média, 15% do salário dos servidores públicos da ativa e até 50% dos servidores aposentados. A resposta ao pacote antinacional e antipopular veio no dia 09/06 com a greve geral, onde os trabalhadores pararam completamente o país. Apesar da grande adesão dos trabalhadores à greve geral, esta ainda não teve força para derrotar o governo e pôr abaixo o objetivo governamental de atacar a fundo os trabalhadores para atender aos interesses dos amos imperialistas. Isto porque os dirigentes sindicais do país se limitaram a chamar apenas um dia de greve geral. Diante da violência do plano saqueador de Fernando de La Rúa/FMI é preciso organizar a greve geral por tempo indeterminado.

VIVA A GREVE DOS PROFESSORES

A tese de que na última fase do capitalismo, o imperialismo, a burguesia não pode atender minimamente as reivindicações da classe operária e demais trabalhadores, ao contrário, precisa retirar toda e qualquer conquista que estes possam ter alcançado, jogando milhões na mais absoluta miséria, confirma-se plenamente na atualidade. A greve dos professores do estado de São Paulo, em conjunto com alguns setores do funcionalismo público (saúde, funcionários e professores das universidades, Judiciários federais) é um exemplo claro disso. Apesar de a greve ter alcançado grande unidade e adesão massiva dos trabalhadores nas assembleias, de ter conseguido

do um certo grau de radicalização, não foi suficiente para dobrar o governo. Este se mostrou intransigente ao longo de todo o movimento, respondendo a cada ação dos trabalhadores com repressão, perseguição e prisões, pois ceder ao movimento grevista significaria para o governo desobedecer às ordens do FMI/Banco Mundial e às leis econômicas do capitalismo em crise. É preciso extrair dessa rica experiência, as lições necessárias: 1) Para derrotar o governo os trabalhadores precisam buscar a unidade dos movimentos grevistas, com assembleias conjuntas, pautas unitárias, fundir as reivindicações, construir comandos unificados; 2) transformar a greve em movimento de massa contra o governo e seu plano de fome e miséria; 3) Passar por cima das direções burocráticas, que funcionam como freio do movimento e desviam a luta dos trabalhadores para as ilusões pequeno-burguesas (parlamento, eleições, negociações, etc); 4) Radicalizar o movimento, utilizando-se de seus próprios métodos de luta (bloqueios de ruas e avenidas, ocupações, barricadas, etc).

JUDICIÁRIOS/SP: PELEGADA PASSA POR CIMA DA DECISÃO DA ASSEMBLÉIA

A assembleia do dia primeiro de junho aprovou, entre outras coisas, a formação da comissão de organização da greve do dia 14/6. Como primeiro passo, a comissão redigiu um panfleto exortando os trabalhadores a fazerem a greve. Dizia que a assembleia do dia primeiro havia dado apenas o primeiro passo, porém, seria a assembleia do dia 14/6 que deveria decidir o que fazer. As associações boicotaram o panfleto da comissão e tentaram passar gato por lebre, dizendo que não se tratava de organizar a greve e sim apenas uma paralisação. A comissão acabou se dividindo e aprovando outro panfleto, completamente sem conteúdo, submetendo-se à política oportunista das associações. De nossa parte, procuramos defender o germe de independência da comissão, eleita soberanamente em assembleia e que se materializava no panfleto redigido por ela e rechaçado pela pelegada. Defendemos

que a comissão deveria assumir a tarefa de direção do movimento e de defesa das bandeiras de luta da classe, sob pena de se tornar cúmplice das trapaças e traições que a pelegada costuma fazer para continuar recebendo as benesses oferecidas pela presidência do tribunal.

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária do Judiciário distribuído para os trabalhadores da categoria na greve do dia 14/6, que decidiu, em assembleia, marcar apenas mais uma assembleia para o dia 28/6, para deliberar os rumos do movimento.

SÓ A GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO PODE GARANTIR A REPOSIÇÃO DAS NOSSAS PERDAS

Para arrancar do governo as nossas perdas salariais que já ultrapassam 60% e quebrar o arrocho salarial que já dura mais de cinco anos só um dia de greve não basta. Precisamos organizar a greve geral dos judiciários por tempo indeterminado.

UNIFICAR AS GREVES E RADICALIZAR O MOVIMENTO É O CAMINHO PARA A VITÓRIA

Os professores estaduais já estão em greve há mais de quarenta dias, contra a vontade dos burocratas da direção do sindicato, enfrentado a intransigência do governo, a tropa de choque, perseguições e prisões. A unidade alcançada pelos educadores e alguns setores do funcionalismo ainda não foi suficiente para quebrar a política de arrocho salarial do governo Covas/FHC. Para que isto aconteça é preciso a unidade de todos os movimentos grevistas no país. Porém, essa unidade só pode se dar nas ruas, nos piquetes, nos bloqueios de avenidas e ocupações. É nesse sentido que nós, trabalhadores do judiciário devemos avançar, pois acreditar em outra variante (eleições, parlamento, negociações), é caminhar para a derrota e aceitar a degradação cada vez maior de nossas condições de vida.

PELA FORMAÇÃO IMEDIATA DE UM COMANDO ESTADUAL DE LUTA (COMANDO DE GREVE)

PELA GREVE GERAL DOS JUDICIÁRIOS EM CONJUNTO COM OS DEMAIS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

ABAIXO O PLANO DE FOME E MISÉRIA DO GOVERNO

O plano de segurança do governo é mais repressão sobre os movimentos

O governo Fernando Henrique Cardoso apresentou o "Programa de Segurança". O Plano de FHC consta de um conjunto de medidas policiais para combater o "aumento da criminalidade" e o "crime organizado". Tem como principais ações: 1) "Controle de armas e desarmamento: aprovação da proibição do uso e do comércio de armas de fogo, suspensão do registro de armas por seis meses; 2) Combate à violência rural: mapeamento das áreas de tensão social, instalação das ouvidorias agrárias estaduais (em SP, PR, PE, PA e RS), controle de armas no campo e constituir equipes de prevenção de conflitos rurais; 3) combate ao narcotráfico, prioridade para as áreas de fronteiras; 4) Implementar o Sub-sistema de Inteligência em segurança pública: integrar os Estados ao sub-sistema; 5) Propor ao Congresso um pacote de medidas que prevê a modernização dos códigos e de lei específicas; 6) Criação de 46219 vagas nos sistemas prisional, construção da penitenciária federal em Brasília; 7) Aumento dos quadros e reaparelhamento da Polícia; 8) Infiltração de agentes em "organizações criminosas"; 8) Recriação do SNI.

A preocupação do governo e dos capitalistas com o crescimento da denominada genericamente violência e criminalidade corresponde à desintegração do capitalismo, da sociedade de classes. Todos sabemos que o governo norte-americano, principal potência im-

perialista, tem exigido que o Brasil invista no combate ao crime organizado. O que quer dizer que o Plano que acaba de ser lançado inspira-se nas exigências do imperialismo.

A campanha contra o narcotráfico é uma máscara para que no conjunto de medidas o essencial fique diluído. Ou seja, medidas que potenciem o Estado burguês a combater os movimentos sociais, cuja maior evidência no momento é o MST. O movimento dos trabalhadores agrários consta na tipificação legislativa e policial como "organização criminosa". Isso porque se apóia no método da ação direta (ocupação de terras e prédios públicos, bloqueios e manifestações). Tanto é que há centenas de processos e prisões que enquadram-se na figura jurídica "organização de quadrilha".

Como se vê, o objetivo estratégico corresponde às necessidades do Estado destruir os movimentos sociais organizados. Os trabalhadores não devem se deixar iludir com a campanha anti-violência e pela idéia de que o governo está preocupado com a segurança da população. O narcotráfico e todas as outras variantes de criminalidade correspondem à sociedade produtora de mercadorias e exploradora da força de trabalho, que impõe fome e miséria à maioria. A superlotação das prisões e mortandade provocada pela polícia, um verdadeiro genocídio, indicam o estado de barbárie a que chegou o capitalismo esfomeador. Somente o

fim da opressão de classe eliminará a violência criminal, que em grande parte corresponde à destruição física e mental de uma parcela dos oprimidos.

É preciso que as organizações operárias caracterizem esse Plano como violento. Uma violência contra a classe operária, camponeses e demais explorados. Um Plano voltado a atacar o MST e toda e qualquer organização que se choque com os interesses dos exploradores e de seu Estado. Denunciar que seu fundamento é de militarização dos movimentos sociais. E explicar que se trata da ditadura civil de FHC, mascarada pela democracia parlamentar.

É preciso desmascarar a idéia de que os movimentos que atentem contra a propriedade privada dos meios de produção e o ordenamento jurídico burguês, que inclui a própria democracia dos exploradores e seu governo, sejam criminosos. Criminosos são os capitalistas que matam de fome, saqueiam o país, destroem a natureza, roubam dinheiro público, formam quadrilhas no interior do Estado e fora dele, que atentam contra a economia nacional comprometendo a soberania do país, que são os donos do narcotráfico, que provocam chacinas e que pousam de cidadãos honrados.

Contra a violência reacionária do Estado, a classe operária deve aplicar a violência revolucionária, com greves, bloqueios, ocupações, auto-defesa armada e luta insurrecional.

Eleições municipais

PT mostra-se totalmente corrompido

Algumas definições de candidatos e de posições políticas do PT mostram como o reformismo está corrompido. As alianças que antes foram motivos de polêmicas, agora, são feitas sem nenhuma barreira. Vão até o PFL, como é o caso do município de Governador Valadares (MG).

No Rio de Janeiro, a Convenção aprovou o nome de Benedita da Silva, que permanece como vice-governadora de Garotinho (PDT), governo marcado pela corrupção e repressão. Isso mesmo depois do partido ter aprovado a saída

formal do governo PDT. Benedita da Silva expressa o que há de mais fisiológico (apego à corrupção estatal) na política burguesa.

Em São Paulo, o nome de Marta seguiu o pragmatismo eleitoral mais rasteiro. Trata-se de uma figura pequeno burguesa construída à imagem e semelhança do que há de mais molambento na classe média. Faz campanha pelo desaparecimento de todo "radicalismo" do passado petista. O radicalismo de que fala não é a defesa da revolução, dos métodos da luta de classe etc, mas sim da

identificação com greves, movimentos e de um reformismo demagógico mais à esquerda.

As idéias apresentadas não passam de velhas cantilenas dos partidos burgueses, como segurança, plano habitacional, saúde. Uma vez eleito, o PT irá dizer o que todos políticos burgueses dizem: o Estado está endividado, temos boas intenções, mas não é possível fazer mais pelo povo. Há inúmeros exemplos de gestão "democrática e popular" que não passam de reles governabilidade à semelhança do PSDB, PMDB, PDT. A

administração de Olívio Dutra, a mais esquerda de todas, comprova essa observação. Nada pode fazer, a não ser aumentar impostos, cortar gastos e pagar a dívida do Estado, de acordo com o Plano de Estabilização pró-imperialista de FHC.

Ocorre que o reformismo está obrigado a abandonar a hipocrisia do programa de distribuição de renda, aumento de emprego, política agrária em favor dos pequenos etc. Todo e qualquer governo tem de agir de acordo à crise estrutural do capitalismo, que significa seguir às diretrizes do imperialismo. A direitização do PT - note que, de Lula a Marta, todos querem apagar o passado "radical" - corresponde à adaptação do reformismo às pressões do grande capital imperialista e de seus aliados nacionais.

A subserviência das esquerdas ao reformismo petista

Não é surpreendente o apoio do PSTU à candidatura de Benedita da Silva. O oportunismo eleitoral do PSTU é bem conhecido para quem segue de perto sua política centrista.

Ciro Garcia esteve na Convenção do PT, no Rio de Janeiro, e protocolou a adesão do PSTU à candidatura de Benedita da Silva em nome da unidade contra FHC e seu plano neoliberal. Pura patataquada! O PT tem pautado sua conduta aos limites impostos pelo Plano pró-imperialista de FHC. Faz oposição demagógica. No fundo, o reformismo se mostra cabisbaixo diante das reformas. Unidade com o PT significa adaptar-se juntamente ao Estado burguês.

Não é preciso dizer muito sobre correntes internas do PT, como "O Trabalho", Socialismo Revolucionário, que

infelizmente ainda insistem se dizer trotskistas (apenas confundem uma parcela da militância). Falseiam o papel contra-revolucionário do PT de bloqueio às lutas e à independência de classe dos explorados. Todos estão metidos no eleitoralismo, mascarados de revolucionários. Escondem-se por detrás do argumento que se trata apenas de uma tática, já que o PT tem apoio de uma parcela da classe operária. Na verdade, colaboram com o reformismo apodrecido.

O Trabalho: um exemplo de joguinho

No seu jornal (31/maio), critica-se o fato do PSTU apoiar Benedita da Silva. Está de acordo com o apoio, mas critica-o pelo fato de se referir à continuidade de Benedita no governo do PDT. Reclama que o PSTU "não levantou nenhum problema da relação de Benedita com o governo Garotinho, totalmente comprometido com FHC/FMI." Pelo visto, "O Trabalho" - um exemplo de adaptação fisiológica ao reformismo - quer se postar à esquerda do PSTU. Ocorre que o Encontro Municipal iria apenas cumprir a formalidade de homologação do nome de Benedita. "O Trabalho" resolveu colocar uma pedrinha no caminho, propondo que não se aprovasse o nome sem que Benedita rompesse com o governador Garotinho.

Puro joguinho. A permanência no governo de coligação com o PDT, mesmo depois deste dizer que o PT é o "partido da boquinha" (o que é verdade), não é um problema de Benedita, mas do PT que está adaptado ao Estado e corrompido pelas relações burguesas nele imperantes.

Não é por acaso que o rompimento do PT com Garotinho, depois de inúmeras

ros escândalos de corrupção e deste apoiar abertamente FHC em troca de alguns favores, foi apenas uma jogada. O PT continua com a mesma política de aliança. Sua saída não modifica em nada seus compromissos burgueses.

É fácil ver que a crítica do "O Trabalho" ao PSTU é uma porcaria. Todos vão ficar com o PT burguês e corrompido, saia ou não Benedita do governo Garotinho.

A construção do Partido do Proletariado implica combater o PT e a esquerda fisiológica.

O reformismo ilude com a idéia de que um governo democrático e popular, saído das eleições, reorientará o Estado aos interesses das massas populares. Esse é o pressuposto oposicionista ao governo FHC, ou seja, aos partidos PSDB, PFL etc.

Trata-se de uma ilusão porque quem governa o Estado é a classe capitalista. Um Estado orientado para as massas não pode ser capitalista. Seja lá quem for eleito, governará obrigatoriamente de acordo com os ditames da classe dominante (burguesa). Um "governo democrático e popular" é uma máscara para acobertar a ditadura de classe da burguesia contra os explorados. Serve de canal para a revolta dos oprimidos contra os partidos governantes e os capitalistas. Esta aí porque adaptação à estratégia do reformismo de constituir um governo democrático e popular conduz à sustentação da classe capitalista no poder.

A estratégia de governo dos explorados é o governo operário e camponês, expressão governamental da destruição da ditadura da burguesia e constituição da ditadura do proletariado contra a minoria exploradora. Trata-se da estratégia da revolução social, cujo conteúdo é proletária. A estratégia do governo operário e camponês está em total confronto com a do governo democrático e popular, que é burguês.

O PT foi longe com essa estratégia, adaptando-se integralmente ao Estado. Não combatê-lo e apoiá-lo a chegar ao poder, como têm feito as esquerdas, significa renunciar a construir o partido da revolução socialista. A tarefa mais importante é a de pôr em pé o Partido Operário Revolucionário (POR). Eis por que combatemos o reformismo e todas as variantes de adaptação esquerdista.

O programa do PT em São Paulo

Em seu programa de televisão e na entrevista na TV Bandeirantes, a candidata petista à prefeitura de São Paulo Marta Suplicy deu uma pequena mostra do que seria seu governo. No programa de TV, sua proposta para melhorar a segurança é equipar melhor a polícia. Na entrevista, afirmou que a Av. Paulista não é lugar de camelô e que chamaria a sua Guarda Metropolitana e a polícia para remover os ambulantes do local. Sobre os professores que estavam em greve, disse aqueles que estavam acampados na Praça da República não tinham nada a ver com o PT e que também colocaria a Guarda junto à polícia para que não fossem ocupadas as duas pistas na Av. Paulista.

Está aí o conteúdo de classe de um governo "democrático e popular": é um governo burguês como qualquer outro, que vai garantir a ditadura de classe dos exploradores, apenas com um discurso mais "cidadão".

A greve dos professores acaba sem conquistas

Depois de 43 dias em greve, a burocracia, representada pela diretoria da Apeoesp, Udemo, CPP, Apase e Apampesp suspenderam o movimento. Contaram com o apoio do PSTU e aliados, chapa 4 (na época das eleições), a cisão burocrática da Articulação, chapa 5, e a Liga Operária, chapa 1. O Partido Operário Revolucionário e outros defenderam a continuidade do movimento grevista.

As razões apresentadas pela suspensão da greve

Os motivos eram de que havia um refluxo da categoria e que a continuidade só serviria para expor a militância (os comandos de greve) às punições do governo.

A burocracia e o PSTU se apoiaram no argumento de que os professores já tinham decidido pela suspensão da greve e que a assembléia, na verdade, estaria consumando um fato que já era real. Era necessário, então, se somar aos que tinham decidido pela volta ao trabalho para que pudéssemos interferir no debate sobre os problemas da greve, a exemplo do calendário de reposição de aulas.

As razões apresentadas pela continuidade da greve

Foram expostos três motivos essenciais: 1) Havia setores em greve, a exemplo das Universidades e Previdenciários. A suspensão da greve dos professores afetaria a continuidade grevista desses setores, pois a fragmentação e o isolamento favoreciam a ampliação da repressão do governo Covas sobre os que permaneceriam em greve; 2) Covas mantinha presos três professores há 14 dias e a Justiça cumpria o seu papel de favorecer o governo, que utilizava a imprensa para caluniá-los com a falsa denúncia de que eram bandidos (com passagem anterior na polícia). Mesmo provando o contrário, o Tribunal negava a liberdade dos professores. A suspensão da greve diminuiria o poder de pressão do movimento nas ruas contra as prisões políticas. O exemplo do MST era uma lição, pois, com o recuo do movi-



O conflito na Av. Paulista foi o ponto alto da mobilização contra Covas.

mento, os sem-terra permanecem presos há seis meses. O argumento de que os trabalhadores não devem recuar a luta grevista quando um de seus companheiros está aprisionado foi forte para convencer um setor presente na assembléia que votou pela continuidade; 3) Era necessário fazer um chamado àqueles que voltaram ao trabalho para que se somassem à militância mais aguerrida para fazer frente às punições aos grevistas, as ameaças de exoneração e demissão, aos processos administrativos, à tentativa de prisão preventiva a Antônio Justino e à intransigência na reabertura das negociações e aos ataques da tropa de choque do governo do PSDB.

O PSDB e outros governadores não cederam em nada

O PSDB de Covas, Itamar Franco (ex-PMDB), Garibaldi (PMDB), Olívio Dutra (PT) e outros não atenderam nenhuma das reivindicações dos grevistas. Olívio Dutra se apoiou na dívida do Estado e cedeu uma miséria de 13%, quando a reposição exigida era de mais de 100%. Itamar Franco (Minas Gerais) pretende punir com a demissão os professores contratos, que estão em greve há 40 dias (uma forma para quebrar o

movimento, dividindo os grevistas entre os efetivos e contratados). Covas usou a tropa de choque na Paulista, provocou o acampamento, ameaçou com demissão e exoneração, com processos administrativos, prisões e toda sorte de punição em relação às faltas e corte dos salários.

O que está por detrás dessa brutal repressão é a manutenção da política econômica do PSDB/PFL/PMDB, base do governo de Fernando Henrique Cardoso. O conteúdo dessa política é a privatização dos serviços públicos (saúde, previdência e educação), manutenção do arrocho salarial, aumento da superexploração do trabalho e entrega das riquezas nacionais aos banqueiros e multinacionais. O funcionalismo público é um dos setores atingidos por essa política de fome, miséria e desemprego.

Diante da reação dos trabalhadores, os governos estaduais agem centralizadamente para manter os planos econômicos, ditados pelo FMI e Banco Mundial. Daí a repressão, a violência sobre a população pobre e os grevistas.

A greve do magistério, das Universidades, Saúde e Previdência se choca com essa orientação econômica e política do governo FHC. Daí a contra-reação do governo para derrotá-la. A vitória desse movimento grevista abriria um flanco na política do governo pró-imperialista de

FHC. Covas é um dos pilares dessa política. Eis por que agiu violentamente para derrotar com as armas a mobilização grevista.

A assembléia rejeitou as migalhas do PSDB

Covas, depois de invadir o acampamento e prender três professores, abriu negociação. Esta foi uma farsa. Enrolou durante três longas reuniões para dar um abono parcelado e aumentar o valor do vergonhoso ticket. A assembléia rejeitou e aprovou a continuidade do movimento. Porém, a saúde aceitou o abono e pôs fim à greve.

As punições do governo, executadas pelos diretores, supervisores e diretorias de ensino, se intensificaram. A greve longa, as punições, a dureza do governo em não atender as reivindicações e a falta de firmeza da direção aturam para que um setor recuasse na luta. Sem dúvida, o maior peso se concentrou na desconfiança dos grevistas quanto à direção da Apeoesp. A radicalização inicial da greve, com manifestações massivas de rua, foi perdendo força. A política passiva e pacífica das direções burocratizadas agiram para disciplinar os grevistas nos moldes estabelecidos em acordos com a polícia e assessores de Covas.

O abono para magistério e a intransigência governamental em não estender para os aposentados mostram bem a intenção do governo com as negociações. Na verdade, era dar uma esmola para que o PSDB não saísse totalmente desgastado com a greve do funcionalismo. A população esteve em todo o momento a favor dos grevistas. O que era um fator importante para derrotar o governo.

O refluxo da greve permitiu a destruição do acampamento

Com a rejeição da proposta, Covas ameaçou com o fechamento das negociações. O movimento grevista refluiu e o acampamento era o que permanecia diante dos ataques do governo.

Covas aproveitou da situação de recuo de uma boa parcela de grevistas para impor as condições para a desmonte do acampamento. Usou o domingo, a tropa de choque e bombeiros para pôr fim aos acampados. A destruição foi antecedida de negociações com o coman-

dante da tropa de choque, a burocracia e os representantes do acampamento. O governo queria que o acampamento saísse de forma pacífica, ou seja, sem resistência. A burocracia e parlamentares do PT atuaram para que fosse esse o caminho.

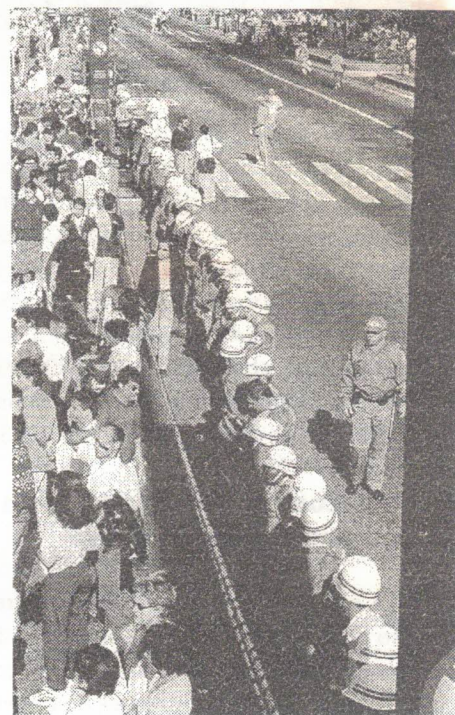
Inicialmente, o comandante da tropa exigia o afastamento das barracas em 10 metros das grades da Secretaria da Educação. A diretoria da Apeoesp e deputados prontamente se colocaram de acordo. Porém, a plenária do acampamento decidiu pela retirada das laterais condicionada com a abertura de negociação e liberdade aos presos políticos. O que foi negado. Em seguida, o comandante da tropa concordou com o afastamento de 2 metros. Proposta defendida pela diretoria da Apeoesp, deputados e PSTU. Mas, a plenária rejeitou e decidiu em não ceder mais nada. E na madrugada de segunda-feira, a tropa de choque invadiu e retirou as barracas. Os acampados não tiveram condições de resistir.

Após a destruição do acampamento, a burocracia, PSTU e aliados atuaram abertamente para suspender a greve.

Para enfrentar o governo era preciso da ampliação do movimento e a radicalização do movimento de massa

A diretoria da Apeoesp convocou uma assembléia para o início de abril. Esta foi massiva. A proposta de unificação de cúpula com as entidades do magistério foi constituída. Essas direções, com o apoio do PSTU, combateram o início da greve e apostaram na pressão junto à Secretaria da Educação para abrir negociações. Dessa forma, adiaram para o final do mês a convocação de nova assembléia. Como o governo não atendeu às reivindicações (promessa de campanha eleitoral), para a burocracia não houve outra alternativa senão se colocar pela greve. A cisão da corrente Articulação (chapa 5-que foi encabeçada por Bia Pardi-PT) foi contrária a decisão de greve. Só não teve a coragem de defender na assembléia, mas não faltaram esforços no Conselho da Apeoesp.

A greve iniciou com a unidade aparelhista das direções sindicais. Todos as direções dos setores em greve (saúde, previdenciários, universidades e magistério) se opuseram à convocação de as-



Começa a subordinação às imposições de Covas: direções impedem ocupação da segunda pista na Paulista.

sembléias unitárias e comandos únicos de base. A política corporativista das direções foi responsável pela não unificação de fato do funcionalismo e estudantes. O corporativismo das direções, mesmo com o argumento falacioso de Covas de que só negociaria com o conjunto do funcionalismo e não por setor, atuou para que as negociações se dessem isoladamente e que a decisão de suspensão da greve fosse por setor. O exemplo da saúde é prova disso.

As negociações com o comandante da tropa de choque para disciplinar o movimento, o combate às propostas de assembléias conjuntas e comandos eleitos na base atuaram contra a necessidade real de enfrentar a truculência do PSDB e acabaram contribuindo para que um setor da classe não acatasse às decisões da assembléia. O governo que mostrou sinais de recuo (após o choque da Paulista) e chegou a abrir negociação se fortaleceu na sua ação de derrotar o movimento grevista. Apoiou-se na covardia da direção (que assimilou as pressões repressivas), no refluxo da classe e esperou que a burocracia suspendesse a greve.

O êxito do movimento grevista dependia da força de massa, das grandes mobilizações de rua, da unificação com outros setores de trabalhadores e dos

métodos de radicalização do movimento (ocupações e bloqueios). A unificação com os metroviários e condutores foi abortada. A greve dos metroviários, que durou um dia, foi encerrada pela burocracia (PCdoB/PT) que defendeu a aceitação do acordo do TRT. A direção da CUT ensaiou uma paralisação de solidariedade aos servidores públicos e não foi capaz de organizar as assembleias operárias para se posicionar pela greve. A CNTE, diretamente responsável pela unidade dos trabalhadores em educação, agiu com a política de greves isoladas e descompassadas, quando as condições eram totalmente favoráveis para uma greve nacional dos educadores, que poderia confluir com uma unidade mais ampla com outros setores grevistas.



As direções canalizaram o movimento para a Assembleia Legislativa, discursos de parlamentares burgueses e para as eleições, que foram apontadas sempre como horizonte da greve.

Uma importante conquista do movimento grevista

A falta de combinação de todos esses fatores permitiu que o governo permanesse inflexível e manobrasse, no final, com a farsa da negociação. Os trabalhadores não puderam assim arrancar nenhuma das reivindicações. Mas a luta conseguiu golpear politicamente o governo do PSDB. A experiência nesse

combate é uma importante conquista dos oprimidos. Os próximos movimentos deverão alcançar maior unidade e fortalecer os métodos da luta de massa, que tiveram seu ponto alto no enfrentamento com a tropa de choque na Paulista. Uma greve não pode ser vista apenas pela derrota econômica, que sem dúvida pesa desfavorável aos trabalhadores. É preciso ter em conta as lições que servirão para os inevitáveis conflitos. A tendência do capitalismo é de conduzir as massas para a barbárie. E essa não tem como ser combatida se não for através de greves, luta de massa e outras formas de ação coletiva dos explorados.

O POR atuou com essas posições na

greve, procurando ocupar sempre um lugar de frente nos combates e de luta contra as posições capituladoras da burocracia e de seus aliados, PSTU e correntes de esquerda petistas. Para aqueles que não têm a greve como um imediatismo economicista (sem negar a importância da luta econômica), mas como um meio de luta para os oprimidos elevarem sua consciência política e sua capacidade de organização frente à tarefa de derrotar o capitalismo, as experiências servem para potencializar a capacidade de combate coletivo

dos explorados. É fundamental, entre as inúmeras lições, compreender a importância estratégica de uma direção revolucionária na greve. A influência da burocracia reformista e de seus aliados, embora perdessem votações em assembleias, mostram bem que uma direção capituladora põe em risco a vitória do movimento. Os trabalhadores e sua vanguarda que viveram essa greve deverão se sentir fortalecidos se compreenderem essas lições e se colocarem a tarefa de construir uma nova direção. A construção do partido operário revolucionário é um dos instrumentos decisivos para esse objetivo.

Covas libera os presos políticos e mantém os processos

O governo manteve os três professores presos e usou-os como reféns contra a greve. A libertação só ocorreu após dois dias do término do movimento grevista. Por 14 dias, Covas fez dos presos políticos reféns e, para isso, contou com a Justiça que não foi favorável à soltura dos professores. A imprensa cumpriu o papel de difamar os presos políticos, mostrando que já possuíam passagens pela polícia, passando a idéia de que se tratavam de marginais.

Apesar das cópias do Judiciário que indicavam que os professores não tinham nenhuma passagem pela polícia, a Imprensa não desmentiu as informações difamatórias. Covas usou disso para mostrar à população que foi agredido

não por professores, mas por bandidos, baderneiros etc.

Na sexta-feira, dia 16/6, Covas libera os presos políticos e mantém os processos judiciais e administrativos. Terão de responder aos "crimes" que Covas os imputou e estão sob as ameaças de exoneração e demissão do magistério.

Dia 16/6, Covas suspende Antônio Justino

A Secretaria da Educação publicou a suspensão por 30 dias do professor Antônio Justino (Tonhão). O governo fará de tudo para punir o professor. Para isso, mantém nas mãos do juiz a medida de prisão preventiva e nas mãos da Se-

cretaria da Educação a exoneração. A punição é a ação violenta do Estado sobre os lutadores da classe.

A assembleia aprovou a criação do Comitê contra a repressão e pelo fim dos processos criminais e administrativos

No sábado, dia 17, ocorreu a primeira reunião do Comitê. Foi aprovado uma campanha contra a repressão do Estado. Para isso, serão divulgados cartazes em todo o Estado e um boletim convocando os professores e demais trabalhadores para a campanha contra a violência do PSDB sobre os professores classistas.

Professores - RN

Greve da educação, muita resistência!

Um retorno sem vitória dos trabalhadores

A greve dos trabalhadores em educação do Estado (RN) e município de Natal durou 42 dias. Foi uma greve de resistência ao arrocho salarial imposto pelo governo Garibaldi e pela prefeita Vilma, como também as péssimas condições de trabalho nas escolas públicas desse país. Essa greve demonstrou a ofensiva neoliberal dos governos e seus acordos com o Banco Mundial e FMI.

Foi divulgado inclusive o crescimento da receita do Estado e quanto a prefeitura vem recebendo do FUNDEF, em que fica claro o desvio do dinheiro das verbas da educação. Foi também denunciado através da imprensa burguesa que, somente nesse Estado, o desvio do FUNDEF aproxima-se de 1 milhão de reais, dinheiro que seria para reajustar os salários e compra de material didático, mas foi para a conta de políticos que roubam diariamente os trabalhadores.

O governador Garibaldi e a prefeita Vilma afirmaram não poder conceder reajustes salariais, mas não informaram à população e aos trabalhadores o quanto pagam de dívida interna e externa e os seus compromissos com o Banco Mundial, e quanto gastam com assessores, secretários e as famosas listas de cargos comissionados, ou seja, o que fazem com o dinheiro dos trabalhadores.

Outro elemento que essa greve demonstrou foi a intransigência e a repressão do governo Garibaldi e da prefeita Vilma. Todos usaram constantemente os meios de comunicação para reprimir a greve, seja através de corte dos salários ou tentativa de desmoralização do movimento e do sindicato da categoria. A prefeita procedeu o desconto, dos dias parados, senhora de escravos, pois retirar os salários dos professores é retirar a alimentação e toda a subsistência dos que trabalham e ainda fazem funcionar a escola pública. Com toda essa repressão e descontos dos salários, houve uma heróica resistência de professores que não retornaram às escolas, se mantiveram firmes na greve.

Faltou organização de base e um comando político

A direção do Sinte não organizou a greve!

A greve foi deflagrada pela categoria em março, mas sem organização nas escolas. Foram poucas as que fizeram reunião e discutiram a greve com a comunidade escolar, ou seja, se prepararam para uma luta contra o governo e a prefeita Vilma. Muitos companheiros compreendiam ser uma greve de apenas 15 dias e com as reivindicações atendidas, talvez por incompreensão do momento político e por falta de uma discussão e preparação nas escolas.

O papel de uma direção política (Sinte) seria abrir essa discussão com a categoria. Mas o que vimos foi a despolitização

total da greve. Quantos debates e discussões a respeito de algum tema foram convocados pela direção do Sinte? Nenhum. As próprias assembleias transcorriam numa total despolitização, burocratizadas, sempre a direção que coordena as assembleias tentando impedir falas e manobrar com propostas nas votações. Outro elemento que demonstra a falta de direção nessa greve, foram as regionais, praticamente umas quatro fizeram greve, houve regionais que sequer se pronunciaram, o que prova o abandono da direção do Sinte às regionais e que as reuniões que fazem com as mesmas são burocráticas e formais, não servem para organização da categoria no interior.

Por que a greve fracassou?

Depois do retorno da greve, muitos trabalhadores que participaram ativamente da mesma estão fazendo esse questionamento. Alguns atribuem o fracasso ao retorno de muitos professores às salas de aula antes do fim da greve, ou seja, por fora das assembleias. Sabemos que esse elemento influenciou, mas não foi o determinante e o mesmo ocorreu pela falta de confiança dos trabalhadores na direção do Sinte e na continuidade da greve como também pela a repressão dos governos ao movimento grevista, devido a greve não responder à altura da repressão aos governos. É importante avaliarmos a paralisia da greve, isso sim, na nossa compreensão, facilitou o ataque dos governos e o retorno dos professores à sala de aula. A greve deveria ter denunciado os governos, ter ocupado as praças, as ruas, grandes passeatas (somente duas) ter passado um dia inteiro em uma avenida, enfim a greve deveria ter ido além das assembleias e se aproximado da população, pois ficou demonstrado o grande apoio dos pais, estudantes e outras categorias.

Mas infelizmente a direção do Sinte não soube transformar esse apoio em fortalecimento da greve, então o mesmo se dispersou. As reuniões de pais nas escolas terminaram sem muita finalidade para fortalecer o movimento e havia uma intenção de participar da luta.

Destacamos outro elemento que ajudou no fracasso da greve. O isolamento político da mesma no Estado e em nível nacional. A C.N.T.E (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) não teve uma política de unificação das lutas, nesse período havia vários Estados com indicativos de greve em educação e quatro em greve. E qual a política da CNTE? De completo isolamento das greves e lutas, por que não convocaram uma greve nacional dos trabalhadores em educação? Porque não defendem a unificação e o fortalecimento das lutas, apareciam somente nas assembleias para fazer discursos. No Estado não houve também a unificação com as demais categorias e o

apoio por parte das entidades sindicais foi formal, com exceção de algumas, onde seus dirigentes participaram de algumas atividades da greve, deram apoio material etc. A CUT, o Fórum e demais sindicatos poderiam ter proposto e organizado atividades conjuntas, cuja finalidade seria o fortalecimento da greve e a denúncia dos governos para a população. Podemos afirmar que mais uma vez a unificação não saiu do papel.

Outro elemento, por que a direção do Sinte não encaminhou as deliberações das assembleias, desde a do dia 29/03, que aprovou organizar um comando geral político da greve? Com muita luta encaminhou-se o comando de mobilização na Zona Norte por companheiros da oposição e nos outros pólos o mesmo não existiu. Aquelas reuniões convocadas por eles, dizendo ser comando de greve, não se configuraram como um comando político. Eles decidiam quem seria a suposta comissão de negociação, não encaminharam várias propostas aprovadas nas assembleias como: uma divulgação maior da greve, inclusive nos meios de comunicação, organizar atividades nos bairros, retorno às escolas para reuniões com companheiros que pretendiam voltar, organizar uma ocupação da categoria a um prédio público etc. Sobre a ocupação, sempre que se defendia tal proposta a direção e as outras correntes políticas manipulavam as discussões

Ceará Mirim (RN):

“Prêmio” para a educação

O prefeito Roberto Varella (PMDB) usa a imprensa para divulgar prêmio recebido pelo MEC (“Medalha de Mérito”) por ter melhor “investido” os recursos da educação; tal prefeito diz que tem “consciência do dever cumprido”.

Na prática, a verdade é outra. Primeiro, é preciso colocar que recentemente o SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) Regional, juntamente com uma comissão de estudantes, vereadores e representantes de conselho comunitário, entregou uma denúncia formal ao Ministério Público, que continha fatos que comprovam o descaso do prefeito para com a educação: salas superlotadas, falta de condições de funcionamento das escolas, de material didático, ataque às conquistas dos trabalhadores em educação. Diante dessa situação, o prefeito é agraciado com prêmios.

A verdade é que o prefeito inicia mais um ano letivo fechando vagas para a pré-escola, deixando várias crianças em idade escolar fora da sala de aula e superexplorando os professores (esses passaram a ter mais turmas). Quando fala em salário, é bom lembrar que o prefeito não pagou o 13º salário, referente

colocando medo da repressão aos trabalhadores e nunca se dispuseram a organizar tal atividade.

Qual a conclusão que tiramos? Que a greve foi reprimida pelos governos e a resposta foi débil, pela desorganização política na base e que a direção do Sinte foi incapaz de organizar a greve antes e, depois, facilitando com isso o ataque dos governos ao movimento grevista, e criando confusões em muitos trabalhadores, ou seja, a direção não mobilizou suficientemente a categoria. Outro elemento foi o isolamento da greve.

Construir a corrente proletária na educação, a oposição revolucionária

A Corrente Proletária na Educação colocou, anteriormente, que a direção Sinte não organizaria a greve nem a mobilizaria para atividades mais radicais. Essa greve confirmou as nossas análises sobre essa direção, porque a mesma tem como base política a reforma do capitalismo, as eleições burguesas como tática para essas reformas e por isso se constitui em uma direção política reformista e colaboracionista com a política de reformas dos governos. Por isso chamamos e convidamos a todos os trabalhadores a construir conosco a oposição revolucionária a essa direção.

ao ano de 99. O mesmo ocorreu com o restante do funcionalismo. Em relação ao “aumento” dos professores, declarado por Varella, na realidade não é mais do que os famigerados recursos do Fundef. Como se explica o fato de Ceará Mirim ter a terceira maior arrecadação do Fundef no Estado (cerca de R\$350.000,00/mês em média) e os professores de nível médio (magistério) receberem menos de dois salários mínimos? É bom que se diga que a maior parte dele é complementada por abono.

Também não podemos esquecer que tem professor que, para chegar à sua escola, caminha até 6 Km. E as condições de trabalho? Há escolas com estrutura residencial. As crianças ficam ao sol até a entrada na sala de aula. Há, também, escolas, como a da localidade de Riachão, que não oferecem sequer água e luz (a água é de poço). Em relação à chamada capacitação, o “investimento” do prefeito passou longe. Aí se encontra a maior enrolação do prefeito e a submissão ao FMI/Banco Mundial. Os cursos promovidos pela prefeitura são em parceria com empresas privadas e não oferecem nenhuma estrutura para os professores,

como bolsas de apoio para os que vêm de longe. No que se refere à formação, o convênio que a prefeitura fez com a Universidade Federal não beneficiou os professores nem os estudantes de pedagogia.

Eis aí a verdadeira situação da educação. O prêmio que Varella recebe pelos “investimentos” educacionais não passa de politicagem. O prefeito é usado como pilar de sustentação da reforma educação do governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso. A essência dessa reforma é a municipalização do ensino fundamental, privatização de parte do ensino médio e total das universidades. Ou seja, a desobrigação do Estado para com o ensino público. O Fundef é o mecanismo de implantação dos miseráveis recursos para a educação. As consequências são visíveis por todo o país e Ceará Mirim não está fora disso. Não é por acaso que falta tudo, desde salas de aulas até salários dos educadores. Os trabalhadores da educação, estudantes e a comunidade escolar devem rechaçar a reforma educacional do governo em seu conjunto, pois nada tem a ver com as reais necessidades da educação.

Ceará Mirim (RN)

Reforma do prefeito Roberto Varella destrói a educação

A desintegração do sistema capitalista vem afetando todos os países semicoloniais, a exemplo do Brasil que, a mando do FMI implementa cortes nas áreas sociais como saúde e educação. O mesmo aconteceu na Argentina que atingiu o funcionalismo público e irá refletir na economia brasileira.

O país vive um momento em que os trabalhadores se organizam em resposta à política neoliberal do governo FHC,

implementada nos estados e municípios.

Em Ceará-Mirim, o funcionalismo sofre com o ataque do prefeito Roberto Varella, pois os trabalhadores até hoje não receberam o 13º salário e a saúde continua sem a menor condição de funcionamento.

O FUNDEF, como todos sabem, foi para municipalizar a educação e demitir trabalhadores, também sabíamos que os mínguaos recursos jamais chegariam

ao seu destino. Os recursos de janeiro a abril de 2000 foram um montante de 1.646.672,50 (Um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Como se explica um aumento dos recursos do FUNDEF em torno de 100.000,00 (cem mil reais) mensais que não forma repassados aos trabalhadores em educação, que continuam com seus salários rebaixados?

Mossoró (RN)

Corrente Proletária e estudantes da Mobilização e Luta salvam VII EEPE da inutilidade

O VII Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia aconteceu nos dias 16 a 18 de junho na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Contou com a participação de estudantes da UNP, UFRN (Natal, Caicó, Ceará-Mirim), UFPB, UFC e da própria UERN. Foram cerca de 250 estudantes. Mas, devido à evasão, a participação efetiva foi em média de 50 a 70 estudantes.

O Encontro foi organizado pelos estudantes do PT e independentes que rejeitaram, nas eleições do CA, a defesa da revolução social. Devido a orientação política destes estudantes, o Encontro foi marcado pelo academicismo, não abrindo espaço para as discussões políticas sobre conjuntura, educação e movimento estudantil. O PSTU, apesar de também caracterizar o Encontro de academicista, calou-se atrás da programação em troca do convite aos seus militantes para as palestras. Isso demonstra a falta de rigor da política centrista e seu caráter conciliador com o reformismo.

A Corrente Proletária entrevistou nos três dias do evento com o objetivo de desmascarar o conteúdo acadêmico do Encontro e fornecer-lhe um conteúdo de luta política em defesa das reivindicações imediatas das estudantes de pedagogia, como parte da luta estratégica

antiimperialista e anticapitalista.

PSTU defende qualidade das universidades burguesas

Na abertura do Encontro, palestrou o militante do PSTU, candidato a prefeito da capital. O tema era "Educação: 500 anos de exclusão e opressão". Ao invés de incentivar a luta e denunciar o projeto educacional do governo FHC (PSDB/PFL) e FMI/Banco Mundial, o PSTU divagou sobre as origens históricas da "exclusão" da educação encarnando o espírito academicista do Encontro. Sua palestra foi aleatória, não dirigiu nem impulsionou os estudantes à luta. E, quando tocou no marxismo, foi de forma mecânica e abstrata, pois não teve nenhuma relação com os problemas imediatos dos estudantes.

Ao ser interrogado sobre a qualidade da educação entre a UNP (universidade privada do Estado do grupo Objetivo) e a UFRN (universidade pública federal no Estado), defendeu a qualidade da segunda, como se pudesse estabelecer termos de comparação qualitativa. O real problema está em que no capitalismo decadente não é possível escola de qualidade.

O PSTU defendeu as universidades

burguesas porque é ausente sua definição pela defesa da escola vinculada a produção social. Os centristas não defendem o ensino politécnico (união entre a teoria e a prática na produção social, o que implica defender a destruição do capitalismo). Neste sentido, não encaram o conhecimento como um instrumento necessário para a transformação política e econômica da produção social.

A Corrente Proletária na Educação entrevistou afirmando que os 500 anos de "exclusão" na educação no Brasil possui como fundamento econômico a divisão da sociedade em classes. Como toda sociedade dividida em classes, a educação é de opressão de classe, formando os estudantes para serem escravos do capital. Somente o fim da sociedade de classes acabará com a educação classista. Por isto que sua defesa está vinculada ao socialismo, à Revolução Proletária, à destruição do capitalismo.

Plenária final: sem plano de luta, sem armar ideologicamente os estudantes contra o governo e estado burgueses

A plenária final refletiu o academicismo dominante do Encontro. Foram

rejeitadas as propostas políticas de enfrentamento ao governo e sua política neoliberal. Deste modo, não armou ideologicamente os estudantes para enfrentá-lo. A falta de preparação política dos estudantes já havia se mostrado nas palestras que ocorreram com pouco ou nenhum questionamento.

A Corrente Proletária na Educação reuniu-se com os estudantes do CA de pedagogia (chapa Mobilização e Luta) e para não deixar passar em branco o evento e deste modo cair em uma completa inutilidade, propôs um Manifesto para ser divulgado em todas as universidades e locais de trabalho. O Manifesto foi aceito com uma abstenção - a Mesa do Encontro (membros da Executiva nacional e estadual e do CA de pedagogia Consciência e Ação, não votaram).

O manifesto aprovado no encontro coloca-se pelo fim da sociedade de classes e a defesa do socialismo internacionalista, de fundamento marxista. Porém, ao fazê-lo, condena "o que ocorreu na

URSS, Cuba, China ou Coréia" genericamente, o que leva a um passo de uma posição reacionária. O correto seria o rechaço à restauração capitalista nesses países, contra o estalinismo que, com a política do "socialismo num só país" conduziu ao processo de destruição das conquistas revolucionárias do proletariado.

Outros pontos importantes aprovados no manifesto foram: "As políticas de reformas educacionais atuais são decididas pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) e impostos aos países dominados pelo imperialismo. Seguem a conferencia de Educação Para Todos de Jomtien, Tailândia. No Brasil esta política é imposta pelo governo Fernando Henrique(PSDB/PFL) e traduz-se na transposição da qualidade total empresarial para a educação, no FUNDEF, nos cursos de formação ligeirada (PCN, formação de professores), provão como parte da Avaliação Institucional, enfim, nas propostas de mercan-

tilização da educação. Nossa proposta é a união de todos os estudantes universitários do Brasil com todos os trabalhadores para derrubar o Plano do governo. Unir nossa Executiva Estadual com todas as executivas dos cursos universitários, exigir da UNE a organização nacional da luta contra o governo e Estado capitalistas. A unificação com a CUT e o MST nos métodos de luta da ação direta (passeatas, manifestações de rua, piquetes, greves, ocupação de prédios públicos, bloqueios de ruas, etc). A unificação com os trabalhadores e os camponeses se faz defendendo seus interesses: emprego para todos, divisão das horas de trabalho para todos os trabalhadores aptos ao trabalho; salário mínimo que dê para o sustento de uma família de 4 pessoas; autonomia universitária com soberania das assembleias(voto igual e universal e poder universitário tripartite); reforma agrária com expropriação do latifúndio."

Balanço do XIV Congresso da AFUSE

Burocracia realiza mais um congresso festivo

Mais uma vez, a diretoria do sindicato realiza um congresso festivo e distracionista. Porém, esse ano teve um diferencial que foi a desconfiança dos trabalhadores e até mesmos de diretores regionais com relação a discussão e a saída da campanha salarial unificada.

O famigerado acordo entre a diretoria do sindicato e a Secretaria da Educação, que dividiu os funcionários, deixando de fora o QSE (e mesmo para o QAE alegaram que haveria um "aumento real"), até agora não chegou ao holerith.

Os funcionários, há 06 anos, estão a mercê da política governamental: arrocho salarial, a municipalização que deixou centenas de funcionários excedentes, contratos pelas APMs e Frentes de Trabalho (nas quais o governo pagou R\$ 150,00 sem nenhum vínculo empregatício). Aí está a política do governo de sucateamento da educação.

E os números apresentados pela própria diretoria não deixam enganar: são 17 mil a menos nestes 6 anos de governo Covas. Em 1994, éramos 66 mil; em 2000, somos 49 mil. Uma diminuição significativa.

Esta é a prova de que a diretoria do sindicato é incapaz de chamar uma luta conseqüente em defesa do emprego e portanto não é capaz de lutar por salário real.

As Resoluções do Congresso não apontam para luta!

É evidente que somente as desconfianças não permitem que os trabalhadores se oponham com um programa classista à direção e sua política de conciliação de classes. Então se faz necessário a construção de um programa de classe, que impulse a luta dos trabalhadores em educação. E esta é uma tarefa que não pode ser mais adiada.

Em nossa tese da Corrente Proletária, mostramos a incapacidade do programa de conciliação da diretoria (articulação sindical) em lutar por salário e em combater a política de demissões. Apontamos a quebra da unidade com os outros setores da educação e que, diante da política de reformas neoliberais, a diretoria traiu os trabalhadores, mostrando sua incapacidade de se contrapor ao governo com o método de luta de classes.

Outro ponto a destacar é a colaboração dos dirigentes da CUT e da CNTE em manter o caráter distracionista do Congresso, essas direções vêm fazer discursos demagógicos, e falar qualquer assunto que lhes venha a cabeça, exceto como organizar a resposta ao governo, que paga salários de fome aos trabalhadores da educação, que demite, que obriga a trabalhar 8 horas diárias. Estão ali para fazer propaganda eleitoral e só.

Abaixo os processos e prisões políticas! Liberdade imediata para todas as lideranças e fim dos processos!

Os 52 dias de greve nas universidades estaduais paulistas

Depois de quase dois meses, os professores, funcionários e estudantes voltaram às aulas nas universidades paulistas. A greve levou a um reajuste salarial escalonado de 15% a 18% até janeiro de 2001 e a uma fórmula de reajuste salarial baseada no aumento da arrecadação do ICMS. A principal reivindicação da greve era um reajuste de 25% agora, mais 7% no segundo semestre. As direções sindicais e estudantis apresentaram esses números como uma vitória da greve e assim nada mais haveria a fazer a não ser voltar às aulas.

O reajuste salarial obtido (7% em março, 3,97% em abril, 1% a 3% em outubro e 3,75% em janeiro) não pode ser considerado uma vitória. Na verdade, são migalhas. A única forma de apresentar essas migalhas como vitória é compará-las ao congelamento salarial ou aos índices obtidos em outros setores do funcionalismo. Mas a comparação com o índice pretendido para repor as perdas dos 5 últimos anos (32%) mostra que estão apenas a meio caminho.

Essa proposta de reajuste já tinha sido apresentada uma semana antes do fim da greve, com minúsculas diferenças de redação. Tinha sido rejeitada, inclusive pelas direções. Por que, poucos dias depois, foi aplaudida como vitória? Para se entender tamanha mudança, é preciso entender o que houve nesses dias, e nos que os antecederam.

Ascenso e queda da mobilização

O ponto alto da greve se deu com a unificação nos atos públicos de todos os setores do funcionalismo. Até aquele momento, reitores e governo Covas estavam absolutamente intransigentes. O fechamento da Av. Paulista e o confronto de dezenas de milhares de grevistas com a Tropa de Choque abriu caminho para avançar o movimento. Covas recuou e passou a apostar nas negociações em separado. E tratou de pressionar as direções do movimento, ajudado pelos meios de comunicação, a recuar na radicalização das mobilizações de rua.

As assembleias durante e após a marcha ao Palácio do Governo aprovaram, contra a vontade das direções, a volta à Av. Paulista. Porém essa volta se deu sob tremenda pressão contra a radicalização, que partiu do governo e imprensa, mas que en-

controu eco nas direções, que disciplinaram a manifestação a uma única pista da principal avenida paulistana.

Esse primeiro recuo animou o governo a pressionar mais. As ameaças de cortes de ponto, demissões, a campanha contra a radicalização, contra os piquetes nas universidades, a provocação ao acampamento e prisão de lideranças foram respondidas pelas direções com mais recuos, de modo a não comprometer a imagem eleitoral dos partidos de esquerda com a classe média e a mostrar "boa vontade e transigência" dos grevistas.

Assim, a Adusp (sindicato dos professores da USP), com o apoio do PSTU, pressionou o Sintusp (funcionários da USP) a afrouxar os piquetes, principalmente o da reitoria. A primeira "afrouxada" animou o reitor, que respondeu com cortes de pontos de funcionários e professores, retenção dos descontos de mensalidades aos sindicatos e não pagamento das bolsas de estudo da Capes. O piquete teve então de radicalizar novamente.

Ao mesmo tempo, saíram da greve os funcionários da Saúde, com um mísero abono de 60 reais e mais 2 reais no vale coxinha, que passou a 4 reais, nada mais que o mesmo concedido a todo o funcionalismo, mesmo aos que não fizeram greve. O recuo da greve dos professores permitiu à diretoria aprovar o fim das manifestações de rua, marcando a assembleia para a estreita Praça da República, o que era uma mensagem clara de fim da greve.

Novamente, a reitoria impôs condições para a retomada de negociações: que se retirassem os piquetes. A Adusp foi então atrás de professores "notáveis" para que intermediassem uma negociação com o reitor e correu à assembleia de funcionários pedir a retirada dos piquetes. Deixou a tarefa de defender a proposta ao PSTU, que se entusiasmou em realizá-la. A aprovação foi feita por pequena margem. E se substituíram os piquetes por uma "vigília cívica", que é um rótulo para disfarçar a rendição. A resposta do reitor veio no mesmo dia: nada de negociação.

No dia útil seguinte, o reitor, ao ver a aplicação da "vigília cívica", comunica que, mantida a retirada dos piquetes até o terceiro dia, haveria negociação. Uma chantagem para preservar a reitoria funcionando a todo vapor contra a greve.

Na negociação, ocorreu o que já se es-

perava: nada de novo. O que fazer então? Ao invés de radicalizar o movimento contra a intransigência do reitor, as direções preferiram apresentar a proposta de fim da greve e considerar o que poucos dias antes eram migalhas como uma grande vitória.

A proposta teve uma aprovação com ressalvas na assembleia de funcionários, que decidiram marcar uma outra para o dia seguinte, pois o reitor ainda não havia assinado nenhuma garantia de que não haveria punições e obrigação de repor dias parados.

Nos professores, a coisa foi só festa. O fim da greve chegou a ser anunciado antes mesmo da assembleia. E a ameaça de punição aos funcionários e estudantes foi ignorada.

Quando chegou a hora da assembleia de estudantes, as direções fizeram a lista de informes-sem-fim de discussões nas unidades de que já se colocavam pelo fim da greve e falações de quão vitorioso tinha sido o movimento. O POR defendeu que não houvesse a votação do fim da greve, pois os funcionários e estudantes estavam sob a ameaça de repressão e as conquistas não tinham derrubado a política de premiação por desempenho do reitor. E que se tomassem medidas de força para garantir que não houvesse punição, como a ocupação da reitoria, ou um novo trancaço nos portões. Essa proposta foi minoritária e venceu a do fim incondicional da greve.

Conclusão: era possível mais

A greve nas universidades foi encerrada não por estar enfraquecida. Ao contrário, embora houvesse unidades na Unesp e Unicamp que recuaram o movimento, na USP apenas a Poli e a Direito, que não tiveram grande importância na mobilização, retornavam. Ao contrário do argumento utilizado no desmonte da greve dos professores da rede estadual pela Apeoesp e PSTU, nas universidades não se podia falar no esvaziamento da greve. O motivo apresentado foi a conquista salarial. O que se deve avaliar então é: era ou não possível avançar mais?

O primeiro ponto é que a greve assumiu, independentemente e contra a vontade da direção principal de professores e funcionários (Adusp) o caráter de luta contra o governo. Esse caráter se deu pela conflagração de um movimento generalizado

no funcionalismo contra o governo, por repositição salarial e em defesa dos serviços públicos, apesar do corporativismo das direções. E foi esse caráter objetivo que impôs a unificação, que se deu nas manifestações, mas nunca nas pautas, comandos, ou assembleias unificadas.

A divisão foi imposta pela direção, mas não sem dificuldade. As assembleias massivas aprovavam resoluções opostas às defendidas pelas direções e aliados. O exemplo maior foi a aprovação na assembleia dos professores da rede estadual no Palácio do Governo o retorno à Paulista, contra a vontade da Articulação (PT) e PSTU. Mas a subordinação dos movimentos às pressões do governo e imprensa serviu ao recuo e esvaziamento, que num momento seguinte permitiu às direções voltarem ao controle das assembleias.

Nas universidades, a linha de recuo e limite às possibilidades do atual orçamen-

to imposto pelo governo foi ditada pela Adusp, dirigida pelos "independentes" simpáticos à Articulação e Força Socialista. O PSTU foi seu instrumento para defendê-la junto aos funcionários da USP, o setor mais radicalizado do movimento. E conseguiu vencer apertado as principais assembleias.

Entre os estudantes, faltou travar a luta política aberta contra os divisionistas do movimento, encastelados na Adusp. A linha de pressioná-los por cima não deu em nada. A Adusp ignorou a resolução do encontro estadual de estudantes no sentido da unificação imediata. O boicote das direções estudantis à decisão de assembleia de realizar uma assembleia unificada com os funcionários e chamar os professores a aderirem à pauta e comandos unificados limitou decisivamente o movimento estudantil. E a linha de recuo assumida pelas correntes, encabeçado pelo PSTU, Socialis-

mo Revolucionário e Força Socialista, quando era preciso travar a luta política contra quem estava trabalhando contra a radicalização do movimento sob pressão do governo, foi fatal. É preciso destacar que, contra as propostas de radicalização do movimento contra o Covas, como o bloqueio das duas pistas da Av. Paulista e a passeata até lá, foi o PSTU quem mais defendeu o recuo, isto num momento em que Covas o acusava de violento e radical, o que é mais grave.

A greve na verdade trouxe mais avanços organizativos que econômicos, pois ressuscitou o movimento estudantil em muitas unidades, reestabeleceu a confiança dos funcionários com seu sindicato e abriu a possibilidade de um movimento unitário de verdade entre professores, funcionários e estudantes, o que para acontecer depende de superar o corporativismo da direção docente.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guilherme Lora, iniciada no Massas n.º 160

Como funciona a célula. A Educação do Militante

Os foquistas acreditam que o militante profissional vem para o Partido de fora, ou que o dirigente é um gênio que aparece por geração espontânea. Nós bolcheviques sustentamos que eles se forjam no seio da célula e na atividade diária do partido, que é um produto do trabalho coletivo.

O militante profissional dedica a parte mais valiosa de suas energias e de seu tempo para a atividade partidária e revolucionária, não é precisamente um funcionário, pode ou não receber ajuda econômica, isto é secundário, pois o mais importante é que também contribui economicamente com a organização.

Muitos militantes profissionais levam uma existência dupla: uma clandestina de revolucionários, e outra legal, como técnicos, funcionários, professores etc. A célula procura que seus membros alcancem a altura de revolucionários profissionais, para os quais a atividade partidária é a razão de sua existência, educa-os e especializa-os para a atividade conspirativa.

A célula não se limita a proporcionar conhecimentos teóricos a seus membros, mas o transforma profundamente até convertê-los em revolucionários. Os operários aprendem a generalizar os problemas, a enxergar além dos muros da fábrica, a li-

gar as suas reivindicações com o movimento revolucionário nacional e internacional. Na célula, superam as limitações mentais que a própria forma de trabalho diário lhes impõe, aprendendo a manejar a teoria.

Os militantes vindos da pequena-burguesia têm de romper os vínculos com sua classe, transformar seus hábitos de vida, desprender de seu egoísmo e individualismo típicos, para se proletarizarem, isto é, se identificarem com os interesses históricos da classe operária e aprenderem a viver com despreendimento, cumprindo as tarefas de forma anônima, submetendo-se a uma severa disciplina.

A luta contra os preconceitos e hábitos pequeno-burgueses é importante e deve ser realizada todos os dias, pois existe a tendência de que os militantes que vêm de outras classes sociais estranhas ao proletariado trazerem seus próprios hábitos, e pretenderem impô-los dentro da organização partidária. A experiência ensina que os pequeno-burgueses que não assimilaram totalmente o programa revolucionário e a vida do Partido, têm constituído um flanco débil em todas as crises de importância no processo revolucionário, o inimigo pode nos romper neste elo carcomido.

A célula em seu trabalho diário de educação não deve perder de vista que sua finalidade é forjar revolucionários e que paulatinamente em seu seio devem desa-

parecer as diferenciações entre operários e intelectuais.

No Partido não existe a divisão entre equipes destinadas a pensar e a dirigir, como fazem os ultra-esquerdistas e a massa cinzenta da militância condenada durante toda a eternidade a obedecer e se calar. Todo militante tem aberta as portas para chegar até os cargos mais elevados da direção, com o único requisito de demonstrar capacidade e devoção a seu trabalho. Com isto não se quer dizer que o primeiro jovenzinho que entra na célula já possa ser membro do Comitê Central, antes terá de assimilar o programa, capacitar-se devidamente, até converter-se em revolucionário e proletarizar-se de forma total, soldando-se com a estratégia da classe operária.

Isto supõe que os militantes, particularmente os operários, devem aprender a manejar os instrumentos teóricos, pois de outra forma não poderão dirigir as lutas políticas. A célula deve ensinar os militantes a pensarem com sua própria cabeça, a estudarem sistematicamente e a resolverem por si mesmos os problemas mais difíceis que se apresentem, o que não significa que tenham de desenvolver um trabalho individual, mas que, atuando em equipe, saberão dar resposta a todas questões colocadas pela luta diária, a ter idéias que estejam de acordo com o programa e a defendê-las.

Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Realizou-se na 2^a quinzena de junho a reunião do Comitê de Enlace. Reproduzimos abaixo os principais informes das seções:

Argentina

O novo governo de De La Rúa mostrou-se como continuidade do governo Menem, caracterizado pela submissão total ao imperialismo. Em cinco anos de governo, descarregou brutais golpes contra as massas.

A política de submissão ao imperialismo estrangulou a economia nacional. Toda política se dirige a garantir o pagamento da dívida externa e os grandes negócios das multinacionais. Setores da burguesia disputam se se deve dolarizar ou desvalorizar a moeda. Ambas alternativas são recursos monetaristas contra as massas.

Desde o início do novo governo, as massas saíram em luta contra os ajustes, em algumas províncias muito radicalmente. Entretanto, as direções burocráticas, com um discurso nacionalista burguês, aparecem à cabeça do movimento social. Constata-se que as massas conservam as ilusões democráticas.

A esquerda democratizante não supera essas colocações nacionalistas e mantém suas posições eleitoralistas orientadas a manter as ilusões democráticas das massas.

A política revolucionária deve se orientar a colocar a luta antiimperialista, que para ser conseqüente deve ser dirigida pela classe operária.

Brasil

Constata-se que as massas vêm perdendo as ilusões nas reformas do governo antinacional e antipopular de FHC. A falência do Plano Real demonstra a impossibilidade de solução da crise capitalista. Os trabalhadores carregam em suas costas todo peso da desintegração do capitalismo. As reformas pró-imperialistas agravaram as condições de fome e miséria da maioria nacional, com o desemprego crescente, cortes salariais e destruição de conquistas sociais. Os reformistas e a burocracia sindical têm trabalhado contra a resistência

dos operários e dos oprimidos em geral aos ataques da burguesia.

No último período, o Movimento dos Sem-Terra (MST) tem protagonizado os choques de classe através das ocupações de terra, sofrendo brutal repressão. Seu isolamento diante da classe operária, devido ao bloqueio imposto pelos reformistas e burocracia sindical, tem impedido que a luta no campo se torne mais ampla. Mas, agora, as tendências de luta nos centros urbanos começam a se destacar.

As greves em todo país dos funcionários do Estado é uma manifestação dessa tendência.

O governo ataca com muita energia para impedir qualquer conquista, porque tem de aplicar integralmente o Plano de favorecimento aos grandes capitalistas nacionais e internacionais. Qualquer reivindicação se choca com os acordos impostos pelo imperialismo (FMI).

Tudo indica que no futuro próximo a classe operária tomará o cenário da luta. Um indicador disso é que se esgotam as manobras da burocracia de realizar acordos com os capitalistas em torno do desemprego e dos salários. A campanha de redução da jornada de trabalho é uma tentativa da burocracia de controlar a pressão das massas.

A tarefa do momento é colocar as reivindicações que conduzem os trabalhadores a enfrentarem a política pró-imperialista do governo e da classe dominante. A defesa da unidade das greves contra a política de dispersão da burocracia sindical é um problema tático de primeira ordem nesse momento. Nesse sentido, tem muita importância colocar a aliança operário e camponesa e da classe média empobrecida, sobre a base de um programa revolucionário.

2. O governo e a burguesia tratam de incentivar as ilusões democráticas das massas através das eleições municipais. O PT reformista e a esquerda seguidista procuram canalizar as tendências de ação direta para o eleitoralismo.

A tarefa é combater a política que bloqueia a ação direta das massas, denunciando as manobras dos reformistas e da burocracia sindical e colocando as reivindicações vitais dos trabalhadores contra o governo.

Bolívia

É palpável a situação revolucionária e também visível os indícios de que avança uma convulsão social.

Isso obriga o POR a concentrar sua atenção na sua penetração no seio das massas e a elevar seu nível político e teórico.

Tudo isso é uma demonstração de que começamos a capitalizar o fato básico de que o POR e as massas, em seu empenho de se libertar ideologicamente da classe dominante, concluíram derrotando ideologicamente a burguesia. Está aberto o caminho para a conquista do poder.

A urgência de fortalecer o partido como direção física das massas nos obriga a subordinar todas as atividades habituais na luta política pelo objetivo assinalado acima. Os militantes devem cumprir plenamente as tarefas que impõem a situação que se está vivendo e desfazer-se de outras atividades, inclusive tradicionais, como subordinar toda conquista das direções sindicais, por exemplo.

Recomendações

Os camaradas desses países, principalmente do Brasil, devem realizar um trabalho sistemático para penetrar no seio do proletariado.

Recomenda-se a todas as seções do Comitê de Enlace a afinar o trabalho clandestino e levar todas as conquistas do movimento boliviano ao conhecimento das massas (por exemplo, as Obras Completas).

As diversas seções devem aperfeiçoar a elaboração programática, por constituir a base da atividade política.

Alerta: troskotrouxas em ação

O levante de massas na Bolívia do mês passado voltou a mostrar a miséria política das correntes revisionistas do trotskismo que ficam despidas com suas posições de seitas democratizantes.

Como não lhes alcançam todas as fábulas inventadas sobre a participação do trotskismo na revolução de 1952, na Assembléia Popular e na FRA de 1971, nas grande greves e lutas de 1985 etc, agora inventam outras estórias destinadas a impedir que seus militantes possam ver com simpatia como age uma corrente revolucionária num país atrasado, onde a classe operária é superminoritária, para desenvolver uma política proletária conseqüente, dando respostas aos principais problemas que coloca a revolução e lutando por sua materialização e instauração da ditadura proletária.

As organizações do Cerqui estamos orgulhosas da intervenção política que está desenvolvendo nossa seção irmã, o POR da Bolívia, que pode antecipar de tal maneira os fatos da luta de classes que até parece que são os que dirigem completamente o levante das massas. Simplesmente têm sabido interpretar, armados com seu programa, o que as massas já estavam fazendo.

Os comentaristas políticos geralmente atuam à reboque dos acontecimentos, só mostram o que todo mundo vê, depois que acontece. Os revolucionários, diferentemente dos simples comentaristas, podem ver os processos mais profundos que estão processando as massas e ajudar a politizar e orientar as lutas para que entronquem com a estratégia proletária.

As caracterizações sobre o governo de Banzer e a incapacidade da burguesia para desenvolver a economia boliviana, sua posição sobre os cultivos da folha de coca, sobre a terra, a água, a política militar do proletariado, seu enfrentamento de princípios com a burocracia da COB, o chamamento a desconhecer as eleições, já que as massas esgotaram as ilusões democráticas etc, são expressão de enorme solidez programática, colocada à prova durante várias décadas, donde soube enfrentar o nacionalismo em todas as suas expressões, o foquismo, a frente popular, o estalinismo, sem afastar-se do marxismo-leninismo-trotskista.

As tontices que dizem são para consumo na Argentina, abusando do desconhecimento que pode haver em algum leitor de seus comentários e alimentando novos preconceitos, são incapazes de levar essas posições na Bolívia, porque seriam tratados como provocadores a serviço do governo, já que suas mentiras, difamações e deformações seriam extremamente suspeitas. Nós sabemos que são seitas irresponsáveis, absolutamente incapazes de desenvolver o programa, que desprezam a tarefa.

O PTS e a LOI enganam alguns poucos quando dizem que o POR faz seguidismo à burocracia cobista. Os fatos demonstram com sobras o contrário: as posições políticas e as ações práticas dos dirigentes sindicais reconhecidos como trotskistas chocam-se cotidianamente com os burocratas, como tudo é de conhecimento público.

Em todos os momentos o POR colocou a luta pela derrocada do governo e da burguesia por meio da ação direta das massas para instaurar um governo operário e camponês - ditadura do proletariado. Só que trabalha com má fé e absoluta irresponsabilidade pode acusar o POR de não colocar a luta política contra o governo.

A cegueira dos supostos troskos frente ao conflito policial os leva a sustentar posições pró-governamentais. O mais interessado em que não houvesse nenhum motim policial era o governo de Banzer, que tinha acabado de decretar o estado de sítio, e queria esmagá-lo. A derrota esmagadora que sofre o governo antecipa o fracasso das medidas de exceção que estava adotando.

Esses motins, as vacilações para reprimir, a desobediência nas forças repressivas, alentaram a insurgência popular que se avalentava com essa situação de quem devia reprimi-los, por sua vez nas próprias forças repressivas ganharam espaço os que se levantavam contra seus superiores, os que queriam arrancar suas reivindicações apoiando-se na radicalização popular. Assim acontecem as coisas em uma situação revolucionária.

A miséria política chega ao extremo de ocultar a pauta de reivindicações que

conseguiu a polícia no 8 de abril, mostrando outra diferente, à medida para justificação de suas posições que mais se parecem com as do anarquismo. Se essa gente tivesse estado em La Paz haveriam exigido dos policiais que acabassem com seu motim? Haveriam dito às massas que não se deveria respaldá-los e que dava no mesmo se Banzer os esmagasse?

Também há organizações e dirigentes de fantasia para justificar sabe lá o quê, como "Poder Obrero", que conta histórias incríveis.

Quem são os troskotrouxas: têm aparência de trotskista para enganar, mas são essencialmente trouxas.

Pode-se debater idéias com eles? As diferenças políticas devem debater-se quando há um interesse legítimo por desenvolver o programa, por clarificar todos os pontos de vista em relação à classe operária. Quando há mentira, má fé, difamação, preconceito, não pode haver debate, são elementos contrários à classe.

(extraído do Masas argentino nº 148, de 31 de maio de 2000)

Solidariedade internacional à dirigente sindical dos professores de La Paz (Bolívia) e militante do POR boliviano, Vilma Plata, contra o objetivo do governo de colocá-la na prisão!



A dirigente da Federação dos Professores de La Paz e militante do POR, Vilma Plata.

PTS e PSTU: quem mente mais sobre o POR boliviano?

O PTS acusa o POR de ausentar-se da luta contra a burocracia sindical: "não é capaz de levantar uma estratégia operária independente que tenda a superar a direção reformista".

Já o PSTU critica o POR por este "pretender dominar a Intersindical", formada durante o levante. Afinal, o POR esteve ausente ou quis dominar sozinho o recente levante das massas?

Primeiro, é bom deixar claro que a estratégia do POR é a revolução e ditadura proletárias, a constituição do governo operário e camponês na Bolívia. Seria mais honesto que o PTS crítico do POR definisse qual é a sua "estratégia operária independente" distinta da do POR.

Segundo, sobre a Intersindical. Durante o levante, formou-se um comitê de luta entre sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares, que atuou como comando da mobilização, chamado de Intersindical. Esse comitê esteve em constante contradição com a direção oficial da COB, que pretendia negociar com o governo o recuo do movimento. Chegou ao ponto de desautorizar publicamente a COB a negociar qualquer coisa com o governo, constituindo-se como direção efetiva do levante. Foi expressão do desconhecimento das bases radicalizadas contra as direções burocráticas. Está aí porque a afirmação do PTS é mentirosa.

Terceiro, a Intersindical teve influência política do POR. Isto porque esse partido expressava politicamente as tendências mais profundas das massas e o sindicato de maior iniciativa era o dos professores de La Paz, dirigido pelos trotskistas. O fato do POR ter exercido essa influência não é "pretender dominar sozinho" a Intersindical. Trata-se da luta política necessária de um partido que se coloque como revolucionário tem a obrigação de travar, contra as correntes políticas que expressem as pressões da burguesia e pequena burguesia no interior do movimento de massas. A afirmação simplista de que o POR pretendia dominar a intersindical é uma máscara sem valor.

Bolívia

Continuam as lutas na contra o governo Banzer

Aposentados da LAB anunciam greve de fome

Cochabamba 18/06/2000. Os filiados da Associação de Aposentados da Lloyd Aéreo Boliviano (LAB) anunciaram que ingressarão em uma "greve de fome massiva" nos próximos dias, como forma de pressão para que o pagamento do abono de antigüidade dados aos trabalhadores da ativa e que são retroativos a 28 de julho de 1995 seja ampliado aos aposentados.

Os 226 aposentados que reclamam este benefício pedem que as autoridades judiciais autorizem o pagamento do abono de antigüidade (exigem 56,5 milhões de dólares).

"Ultimato" cocalero contra a erradicação se cumpre hoje

Sta. Cruz 18/06/2000. Em 20 de maio, uma massiva assembléia de 10.000 cocaleros aprovou um "ultimato" contra o Governo para que, no prazo de 30 dias,

ordene a paralisação da eliminação de cocales, intensifique o processo do desenvolvimento alternativo e garanta o pleno respeito aos camponeses da região. O Governo rechaça qualquer pressão e ratifica que o plano "coca ilegal zero" é irreversível. Evo Morales (presidente da Coordenadoria das Seis Federações de Cocaleros) adverte que os camponeses combaterão a erradicação com a formação dos comitês de autodefesa e o bloqueio de estradas.

Chile: Tribunais Populares para julgar e punir a ditadura assassina de Pinochet

O Órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário (POR), secção chilena do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, traz a seguinte matéria:

"Para Pinochet e a burguesia genocida: "Paredão".

Diz assim: "Desde a volta ao país, a situação de Pinochet significa uma prova para o regime. Uma correta posição, desde as fileiras da esquerda, sobre esse assunto poderia contribuir poderosamente para combater as ilusões demo-

cráticas das massas, para potenciar a luta das mesmas contra o regime e a impunidade dos genocidas.

Desde o primeiro momento, denunciemos a pretensão da Justiça Espanhola e Britânica de "fazer justiça", no caso de Pinochet. Com essa manobra se pretendeu avançar na concepção imperialista da "justiça universal", que não é outra coisa senão o avassalamento absoluto da soberania dos países semicoloniais".

O artigo conclui: "O desprestígio da função judicial do Estado burguês deve

ser potenciado pelos revolucionários, assinalando com clareza que somente os Tribunais Populares, autênticos órgãos de poder dos explorados, serão capazes de expressar a imensa maioria trabalhadora, reprimida e humilhada pelos Tribunais dos patrões...Somente os Tribunais Populares, só a Revolução Proletária, fará justiça para a maioria explorada. Somente os Tribunais Populares castigarão o conjunto da burguesia genocida e as suas FFAA assassinas".

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO